

Empregada de Alves fez aplicações de US\$ 712 mil

por Eduardo Hollanda
de Brasília

Maria Vidal da Silva, empregada do deputado João Alves (PPR-BA) em Brasília, fez aplicações financeiras equivalentes a US\$ 712.832, entre outubro de 1989 e junho de 1990. O dinheiro era movimentado em uma conta de uma agência do Bamerindus em Brasília. Segundo o senador Ney Maranhão (PRN-PE), integrante da subcomissão de bancos, os extratos bancários confirmam que a empregada (que ganhava salário mínimo) era uma das pessoas utilizadas por João Alves (PPR-BA), especialmente para pagar as apostas milionárias em loterias.

O volume de cheques e extratos bancários em poder da CPI é tão grande que, desde ontem, a subcomissão de bancos, coordenada pelo deputado Benito Gama (PFL-BA), voltará a trabalhar no Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), como fez ontem. Benito Gama disse que o trabalho se refere ao cruzamento das contas, "buscando confirmar a existência ou não de transferências de dinheiro entre os envolvidos".

As subcomissões vão também iniciar o cruzamento das informações obtidas. Assim, a subcomissão Fiscal e de Patrimônio, que analisa as declarações de renda, já está fazendo levantamentos dos chama-

dos "sinais exteriores de riqueza" para ver se são compatíveis com as rendas declaradas. O coordenador da subcomissão, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), disse que o presidente do TCU, ministro Carlos Átila, colocou o tribunal à disposição da CPI. (A comissão de emendas ao Orçamento já concluiu o levantamento das emendas ao Orçamento de 1992). Três pontos serão agora cruzados: o valor; a obra, a empreiteira vencedora e a execução do serviço; e o parlamentar autor da emenda, levantando-se sua evolução patrimonial no período.

Hoje, o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), se reúne com o relator, Roberto Magalhães (PFL-PE), com o vice-presidente Odacir Klein (PMDB-RS) e com os quatro subrelatores, às 9h30. Eles vão decidir os próximos passos da CPI. A idéia é retomar os depoimentos, se possível já na sexta-feira, dependendo dos documentos e provas já descobertos pelas subcomissões. Os próximos a depor serão os deputados José Geraldo (PMDB-MG), Manoel Moreira (PMDB-SP) e Generaldo Correia (PMDB-BA). Roberto Magalhães, que já começou a escrever o seu relatório, pretende convocar ainda os parlamentares para depor, e admite que a prorrogação do prazo da CPI é inevitável.

REGISTRO